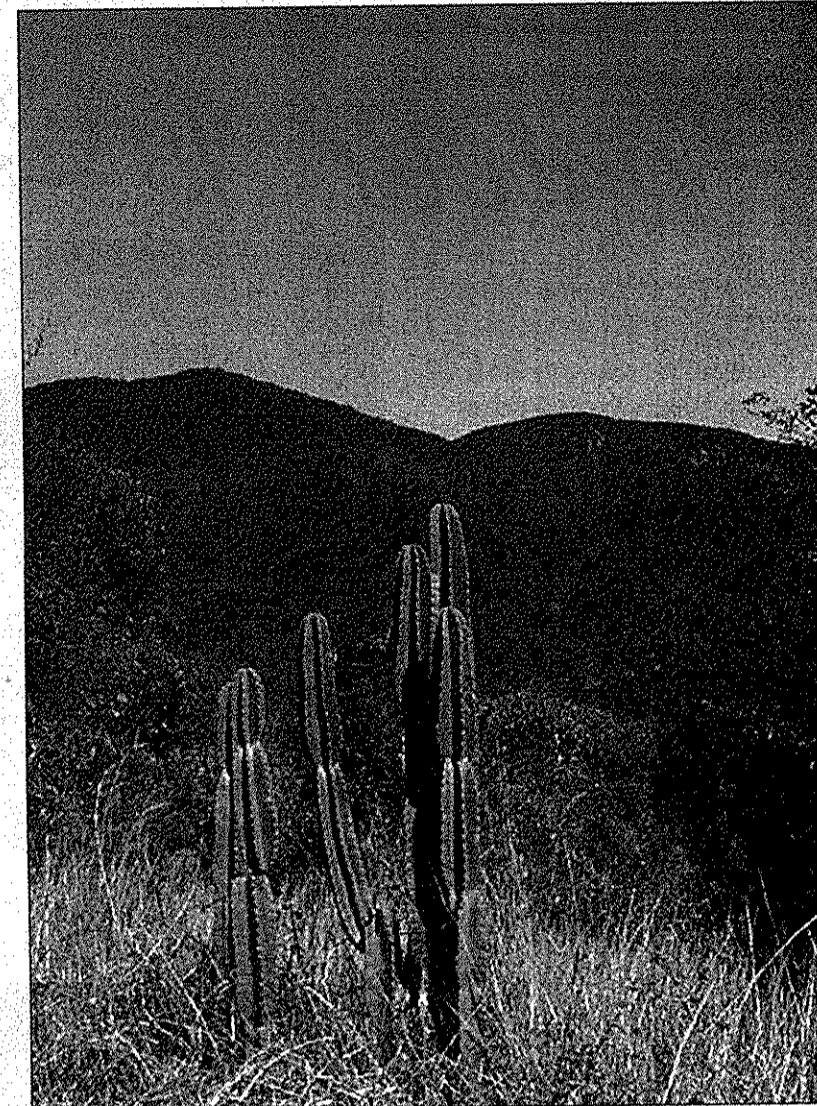
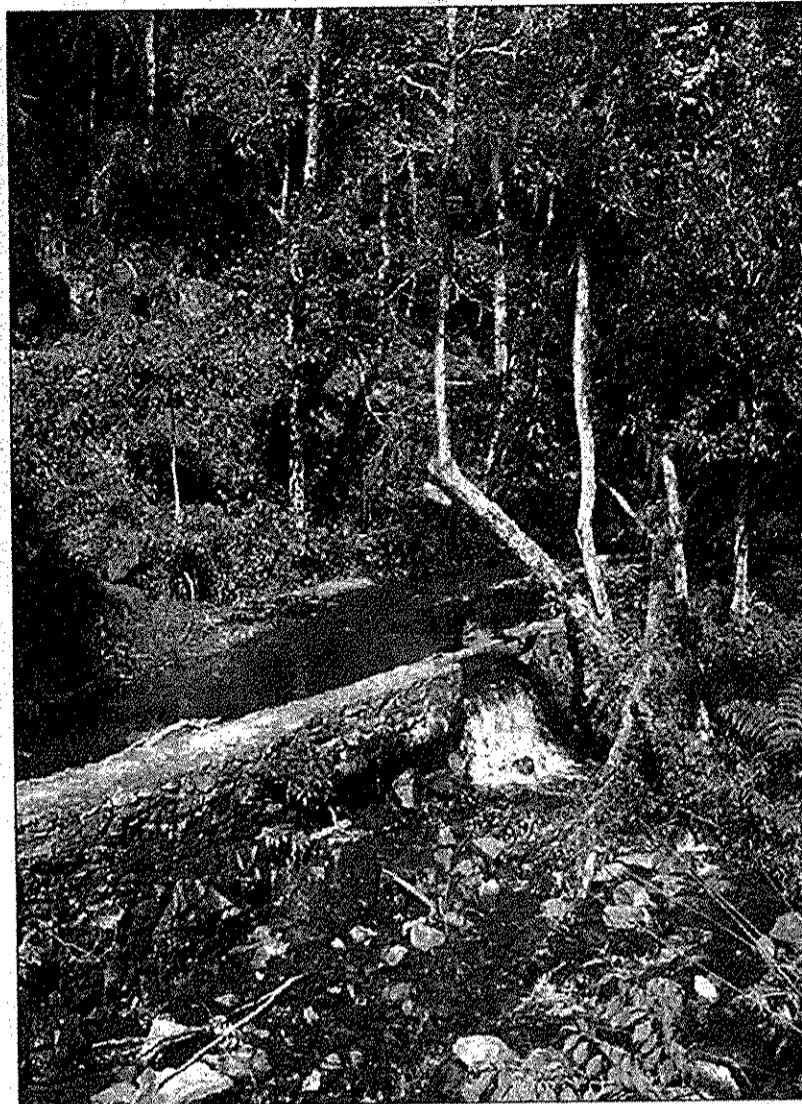
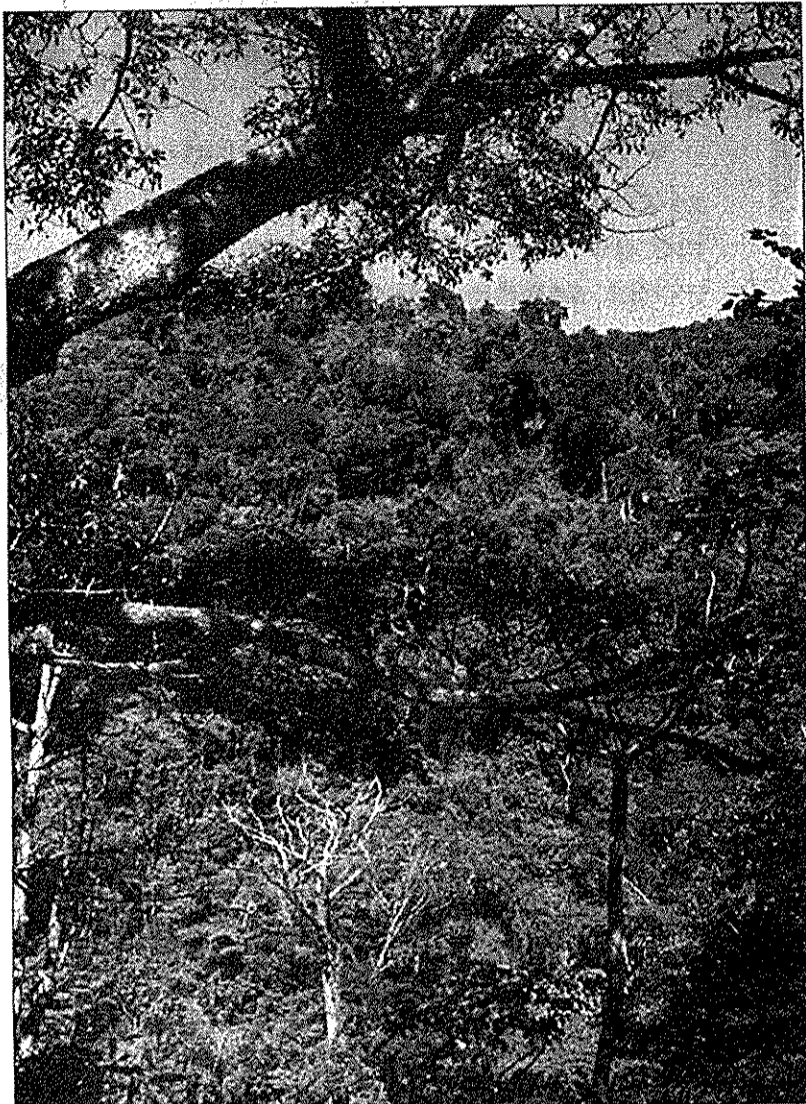


Documentação  
 Orgão J. de Jundiaí Reg.  
 Data 9/10/95 Pg 9  
 Cotas 17



A Serra do Japi, Reserva de Biosfera da Mata Atlântica e Patrimônio da Humanidade esteve ameaçada de perder a proteção do Decreto Federal 750/93. Projeto de Lei do Deputado Fábio Feldmann volta a garantir a proteção federal ao Japi

# Projeto de Lei Federal preserva o Japi

Projeto de Lei que dispõe sobre a preservação da Mata Atlântica foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara

## Ecoturismo revela belezas da Serra

Passar um dia na Serra do Japi e conhecer algumas de suas belezas e histórias é a vontade de muitas pessoas. Baseados no lema "conhecer para preservar", os proprietários da fazenda Bonifácio, localizada na Serra do Japi, elaboraram um programa de ecoturismo para receber visitantes de todas as idades, que inclui grupos de escolas, da terceira idade, entidades assistenciais e religiosas, academias de ginástica, entre outros.

A fazenda Bonifácio data do século passado e foi originalmente construída para ser uma fazenda de plantio de café. Hoje, a fazenda ainda conserva algumas características daquele tempo, com casarão, casas de colonos, lago, estábulo, área de lida com o café, animais dóceis como cavalos, bois, ovelhas, galinhas, gansos, pavões, perus, e muito verde. Ela está em fase de restauração e é considerada um espaço ecológico e histórico, com 130 alqueires destinados ao lazer e turismo.

Para passar o dia na fazenda é necessário fazer reservas antecipadas com número mínimo de 15 pessoas. Maiores informações podem ser obtidas pelos telefones (011) 7392-4742 ou (019) 876-3548, com Mariângela Storani, ou (019) 876-5387, com Maria Carmem Mazzonetto.



Ecoturismo na Fazenda Bonifácio, no pé da Serra do Japi: "conhecer para preservar"

### ARTIGO

## Áreas de Proteção Ambiental

Flávio Gramolelli Junior

As questões ambientais não podem ser gerenciadas a partir de limites administrativos restritos. Na região de Jundiaí, por exemplo, existem importantes áreas que devem ser preservadas, e, em alguns casos, recuperadas. São áreas que abrangem várias cidades, como a Serra do Japi, reconhecida internacionalmente como Reserva de Biosfera da Mata Atlântica, e que possui montanhas nos municípios de Jundiaí, Cabreúva e Pirapora do Bom Jesus.

As APAs (Áreas de Proteção Ambiental) são unidades de conservação que visam proteger importantes áreas, essenciais à manutenção da qualidade de vida da crescente população. Em 1984, a Assembleia Legislativa de São

Paulo criou as APAs de Jundiaí e de Cabreúva, que ainda estão em processo de regulamentação, com a finalidade de estabelecer regras para o desenvolvimento desta região, um dos principais vetores de expansão urbano-industrial da Região Metropolitana de São Paulo e integrada à Região de Campinas.

A importância destas APAs deve-se não somente à Serra do Japi, mas também ao rio Capivari, que tem nascentes em Jundiaí e é um dos principais mananciais de abastecimento de cidades como Campinas, Indaiatuba e Capivari, à bacia do rio Jundiaí-Mirim, que abastece quase metade da população jundiense, e à bacia do rio Pirai, que abastece cidades como Cabreúva, Itú e Salto.

O processo de regulamentação destas APAs é lento. Nosso estado

possui 19 APAs estaduais, criadas pela Assembleia Legislativa, e cuja regulamentação e implantação competem à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Destas 19 APAs, somente 4 foram priorizadas: as de Jundiaí, Cabreúva, Corumbataí e Várzea do Tietê.

Em 1993 teve início o processo de regulamentação das APAs de Jundiaí e Cabreúva, quando trabalhavam 7 técnicos e 1 estagiário. Hoje, somente a geógrafa Pilar Martin Pi Lopez faz todo o trabalho de regulamentação destas APAs.

Mesmo com as dificuldades, a regulamentação está saindo. É melhor ainda: com a participação da sociedade civil.

Flávio Gramolelli Junior é engenheiro químico e diretor presidente do COATI



O projeto de Lei número 3.285, de autoria do Deputado Federal e atual

Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Fábio Feldmann, que tramitava no Congresso desde 1992, foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados no último dia 31 de agosto, com recebido 9 emendas ao projeto.

Caso este projeto de Lei seja aprovado em plenário, a Serra do Japi passará a ter proteção federal. Porém, há enormes pressões políticas, principalmente do Paraná e Santa Catarina, para diminuir o teor das leis que protegem a Mata Atlântica, atendendo a interesses econômicos

da região.

De acordo com Mário Mantovani, superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica, a aprovação tem caráter terminativo, isto é, vai para plenário com sua forma garantida. "Mas isto não garante a sua aprovação final, pois o Ministério do Meio Ambiente vai pressionar pela sua rejeição, ou pela inclusão de emendas que afrouxem as medidas de preservação", disse, referindo-se ao impasse criado pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) com relação ao Decreto Federal número 750/93, que também protege a Mata Atlântica. Este Decreto foi assinado pelo ex-presidente Itamar Franco para frear o crescente desmatamento dos remanescentes de Mata Atlântica no país, enquanto o projeto de Lei de Feldmann tramitasse no Congresso.

## Ibama x Mata Atlântica

No mesmo dia em que o projeto de Lei 3.285/92 foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara, o Ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, apresentou um anteprojeto de Lei do Ibama, que pretendia reduzir a proteção aos remanescentes da Mata Atlântica. Com este anteprojeto do Ibama, a Serra do Japi teria sua proteção reduzida.

Desde o início do governo FHC, as áreas de Mata Atlântica sofreram dois duros golpes do próprio governo. Em março deste ano, a ex-presidente do Ibama e atual superintendente do órgão em São Paulo, Nilde Lago Pinheiro, recomendou às superintendências regionais do órgão que descumprissem o Decreto 750. Devido às fortes pressões dos ambien-

talistas, o Ibama recuou e voltou a cumprir este decreto. Porém, o Ibama não desistiu e preparou um anteprojeto de lei que previa manter sob proteção somente a faixa litorânea da Mata Atlântica, deixando desprotegidas as florestas do interior.

Para Fábio Feldmann as propostas que o Ibama vêm apresentando são do PFL e não do governo. "A briga é política, e a minha posição é de deputado do PSDB que escreveu o programa ambiental de Fernando Henrique Cardoso, e também é a do governo de São Paulo", disse.

O anteprojeto do Ibama foi considerado um retrocesso por ambientalistas de todo o país, e caiu por terra após a aprovação do projeto de Lei de Feldmann.